

APONTAMENTOS SOBRE DINÂMICAS DE FRONTEIRAS E A OCUPAÇÃO RECENTE DE RONDÔNIA (1970 -1990)

*Carlos Alexandre Barros Trubiliano*¹
*Kamoni de São Paulo*²

RESUMO: O último quartel do século XX foi marcado pela expansão das atividades econômicas na região amazônica, causando profundos impactos socioespaciais. Sob a égide do discurso desenvolvimentista a construção da BR 364, estradas, barragens, entre outros empreendimentos, objetivaram consolidar projetos político-econômicos e proveram grandes deslocamentos populacionais. O presente artigo expõe um panorama da expansão das relações capitalistas para Rondônia, uma das fronteiras mais dinâmicas da região amazônica.

Palavras-chave: Fronteiras; Capitalismo; Rondônia

ABSTRACT: The last quarter of the 20th century was marked by the expansion of economic activities in the Amazon region, causing profound socio-spatial impacts. Under the aegis of developmental discourse the construction of BR 364, roads, dams, among other projects, aimed to consolidate political-economic projects and provided large population displacements. This article presents an overview of the expansion of capitalist relations for Rondônia, one of the most dynamic frontiers of the Amazon region.

Keywords: Frontiers; Capitalism; Rondônia

1 - Considerações Iniciais

Na História do Brasil, a noção de fronteira que permeou as políticas republicanas é a de que a incorporação de um território ocorre por meio da efetiva ocupação social das terras. Esta mentalidade de que o processo de expansão econômica está diametralmente ligado à ocupação dos “espaços vazios” tem suas origens no século XIX, momento marcado pelas definições das fronteiras dos Estados Nacionais.

A percepção de “domesticar” a natureza conforme os propósitos da civilização – transformando territórios incultos em áreas de cultivo ou cidades, como medida de progresso – está presente, por exemplo, na obra de Augusto

¹ Professor Doutor do Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Ji-Paraná. E-mail: carlos.trubiliano@unir.br

² Graduada em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Rolim de Moura

Comte. Em sua análise sobre a “dinâmica social”, o autor atribui à condensação populacional num dado espaço um dos fatores primordiais para o estabelecimento do progresso e da civilização (COMTE, 1978).

Nesse contexto, já no período republicano, o Estado brasileiro adotou algumas medidas, como a expansão de unidades militares, a construção das Linhas Telegráficas e de ferrovias, como a Madeira-Mamoré e a Noroeste do Brasil – consideradas, pela elite política brasileira do início do século XX, obras civilizacionais capazes de integrar a nação e levar o progresso ao interior do país.

Essas iniciativas são expressões do ideário liberal burguês de **civilização** e visavam acompanhar o desenvolvimento econômico das nações de capitalismo mais desenvolvido. Parcela significativa dos dirigentes políticos e intelectuais brasileiros tendeu a dirigir-se pela perspectiva de que era imperativo sintonizar o Brasil com os avanços do mundo moderno, inserindo-o na marcha da história rumo ao **progresso**. Estava em curso, então, o que Hobsbawm denominou a “conquista do globo pelas imagens, ideias e aspirações (...) tanto pela força e pelas instituições como por meio do exemplo e da transformação social” (HOBBSAWM, 1998, p. 114). Para a maior parte da elite política nacional, isso significava promover, na sociedade, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, político e cultural que a aproximasse do perfil dos países industrializados do Ocidente.

A mentalidade do homem ocidental, desde fins do século XIX e ao longo de todo o século XX, teve como marca a “utopia do progresso”, ideário que foi elemento constitutivo das políticas e práticas as quais nortearam as ações dos Estados e das pessoas comuns. A crença na técnica, materializada especialmente nas “artes mecânicas” e na indústria – ambas resultantes dos avanços dos conhecimentos científicos –, representava o domínio do homem sobre a natureza.

Caberia à ciência, por meio da técnica e do progresso, transpor os obstáculos impostos pela natureza. Desta forma, ergueram-se “obras como túneis gigantescos, pontes e viadutos monumentais, canais, represas, complexos industriais, linhas férreas e outras (...) por todos os lugares, mesmo naqueles que antes pareciam inacessíveis” (CASTRO, 1993, p.20); essas construções

atestavam a capacidade ilimitada do homem e demonstravam os anseios da burguesia em imprimir marcas duradouras na sociedade.

2 – Turner e o pensamento político sobre Fronteira

Um dos primeiros teóricos a pensar a ocupação da fronteira foi Frederick Jackson Turner, em sua obra *The significance of the frontier in American history* (1894), analisou a ocupação das terras “livres” a Oeste dos Estados Unidos, no contexto da Marcha para Oeste (1860-1890), estabelecendo a relação da ocupação e da expansão a Oeste com a formação da nacionalidade e o desenvolvimento da sociedade estadunidense.

Turner adotou a perspectiva processual para compreender a fronteira como elemento de americanização dos colonos e definidor da própria identidade norte-americana. A sua narrativa histórica apresentou a mística relação entre homem e natureza como força invisível determinante do *ethos* norte-americano; para o autor, “(...)it is only by understanding the reactions between American society and the American environment that we shall be able rightly to estimate the significance of American political history” (TURNER, 1965, p.158).

Sendo assim, a fronteira integra todos os elementos ao seu redor, sejam eles sociais ou econômicos, constitui um sentimento de pertencimento e cria uma identidade nacional. A *Frontier Thesis* é utilizada por Turner para explicar não apenas a ocupação de um território, mas a própria História da sociedade americana. No entanto, é preciso considerar o contexto histórico no qual Turner estava inserido: sua narrativa está marcada pelas contradições de uma sociedade em transformação, fruto do aprofundamento das relações capitalistas que resultaram na industrialização dos EUA.

Para ele, a expansão da fronteira a Oeste é marcada pela movimentação dos pioneiros de diversas naturezas e estratos sociais, sejam eles comerciantes, aventureiros, caçadores ou fazendeiros; essa migração para as “terras livres a Oeste” resultou da “válvula de escape” dos problemas sociais dos centros urbanos no Leste. Neste sentido, a fronteira é representada por um ideal de prosperidade, que atrai o imigrante para a ocupação dessas novas terras em busca de melhores oportunidades econômicas e políticas ofertadas por essa

expansão.

A expansão para o Oeste, ou às “terras livres a Oeste”, é apontada por Turner como o motor da formação da sociedade americana. A quantidade de terras a serem ocupadas e sua enorme extensão determinou o destino da nação. A lógica dessa expansão era de que os Estados Unidos deveriam possuir uma maior quantidade de terras, aumentando as possibilidades de cultivo e ampliando o mercado interno – e, conseqüentemente, estimulando a industrialização, reduzindo a dependência de outros parques industriais.

Turner sustenta sua tese combinando o material com o ideal, de modo que o “caráter nacional” e os “valores americanos” pudessem ser compreendidos a partir de questões concretas. Colonizar as terras disponíveis ou o incentivo público à produção agrícola de uma determinada região, por exemplo, seriam não apenas ativos econômicos, mas atos patrióticos, mesmo que essas terras estivessem ocupadas por populações indígenas (AVILA, 2006, p.53). Turner ainda utilizou a ideia de que esses elementos poderiam justificar os rumos dos processos históricos, econômicos e sociais dos Estados Unidos por meio da ocupação de novas áreas, integrando essas terras à identidade nacional.

Desta feita, suas ideias influenciaram, direta e indiretamente, não apenas presidentes como Theodore Roosevelt (1901-1909), Herbert Hoover (1929-1933) e – o colega de graduação em Johns Hopkins – Woodrow Wilson (1914-1921), mas também políticos e políticas em todo Ocidente.

É possível detectar influências do pensamento de Turner nas políticas norteadoras da ocupação da Amazônia, que trouxeram consigo discursos, encampados pelo Estado, do dever patriótico e civilizacional de ocupar os “espaços vazios”. Assim como na tese de Turner – em que a ocupação da fronteira Oeste dos Estados Unidos funcionou, também, como uma “válvula de escape” para os problemas urbanos do Leste –, nos discursos políticos dos governos militares a ocupação da fronteira Amazônica visava, como estratégia e interesse de Estado, resolver problemas sociais causados pelas secas no Nordeste e pelo desemprego na zona rural do Centro-Sul do Brasil.

3 – As dinâmicas da fronteira

Compreendemos a fronteira como um espaço de diferentes tipos de dinâmicas sociais; logo, um lugar de conflitos sociais. Para compreender essas relações, José de Souza Martins (1996) conceitua frente de expansão e frente pioneira. Para designar tais conceitos, é preciso considerar o tempo histórico da atuação de cada frente.

A frente de expansão é marcada pelo deslocamento de grupos; neste processo, alguns dos agentes atuantes são grileiros, posseiros, vaqueiros, caboclos, mestiços, seringueiros, garimpeiros – os quais, pela forma com que cultivam a terra, precisam expandir floresta adentro, estabelecendo-se em novas terras, fazendo com que exista uma expansão da fronteira.

As relações comerciais criadas nas frentes de expansão operam dentro de seus limites, baseadas na agricultura para subsistência e na troca de mercadorias entre os grupos. Essa frente de expansão caracteriza a mobilidade da fronteira demográfica, pois a população que atua nesta frente acaba, inexoravelmente, sendo empurrada cada vez mais para as “bordas” pela força motriz do capital, a fim de desbravar novas fronteiras; são agentes que se deslocam para novas terras, as quais possibilitem a continuação de suas atividades econômicas.

O que caracteriza a frente de expansão e a frente pioneira são as diferentes formas de conceber os espaços. A frente de expansão é movida por dinâmicas próprias: longe dos centros urbanos, o modelo econômico adquirido pela população que reside nestes espaços impossibilita gerar o acúmulo de capital. O sistema capitalista é introduzido neste ambiente juntamente com a expansão das frentes pioneiras.

Para os pioneiros, a terra é o meio de produzir e reproduzir as relações capitalistas, assim, a fronteira é vista como um lugar de novas oportunidades, ou seja, novas possibilidades de atuação do mercado em terras consideradas “vazias”. Neste caso, as frentes pioneiras não consideram os agentes sociais que já estavam naquele espaço, a exemplo das comunidades tradicionais e dos povos da floresta, nem a utilização das terras pelos agentes da frente de expansão. Muitas vezes com o uso das instituições do Estado, os grandes empreendedores, fazendeiros, comerciantes e especuladores determinam, entre si, a posse e o valor das terras – ao monetarizar o solo em uma ação desenraizante,

desapropriando os descapitalizados “caipiras”, “roceiros” e “meeiros” através da compra, dos recursos jurídicos ou da “bala”, desarticulando qualquer outro modo de vida não inserido nas relações monopolistas do sistema capitalista.

No que tange ao estado de Rondônia, sua história está ligada a três projetos de modernização da fronteira amazônica, que receberam a seu tempo histórico as frentes de expansão e pioneiras. O primeiro grande projeto foi a construção, entre 1907 e 1912, da Estrada de Ferro Madeira-Mámore (EFMM); o segundo, no mesmo período das obras da ferrovia, foi a instalação das Linhas Telegráficas; o terceiro, na década de 1960, foi a construção da BR-364, cujo traçado segue o mesmo o trajeto da linha telegráfica.

Interessa-nos a partir desse ponto, pensarmos mais atentamente os desdobramentos da construção da rodovia – que chegou a empregar cerca de cinco mil trabalhadores – como parte do esforço das políticas de colonização de Rondônia, promovidas pelo Estado durante as décadas de 1970 a 1990 que impulsionaram e os projetos de assentamento populacional.

4 - Apontamentos sobre a Colonização Amazônica

A ocupação da região amazônica se torna intensiva no período da ditadura militar, de acordo com Berta Becker (1997) a Amazônia se constitui em um cenário de interesses múltiplos. O Plano de Integração Nacional (PIN) para esta região, por exemplo, assumia um caráter político e econômico, uma vez que, a integração da Amazônia ao restante do país corresponde a uma questão de segurança nacional se tratando de uma região de fronteira, e ainda visava objetivos básicos de implantação de projetos para o crescimento econômico e a modernização do país.

Para além de questões estratégicas de Defesa, durante o período do governo militar, a colonização – logo, a modernização e a industrialização da região amazônica – contribuiria, também, para o desenvolvimento econômico brasileiro. O Estado buscou acelerar a ocupação e controlá-la; para isto, criou diversos programas de colonização, integração e investimentos.

Desde os anos de 1953 é que se observa a presença de inúmeros programas aplicados estrategicamente para a ocupação da Amazônia como, por

exemplo, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953 elaborada pela presidência da República e executada por meio dos projetos quinquenais. A construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-010) e a Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) buscava articular a região amazônica ao restante do país, facilitava a vinda de imigrantes e futuros escoamentos da produção.

Programas como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e posteriormente, o Poloamazônia e os Planos de Desenvolvimento Nacional (PNDs) – o primeiro PND, entre os anos de 1972 e 1974; o segundo, entre 1975 e 1979 – criaram instrumentos fiscais a fim de incentivar a vinda de capitalistas para região (BECKER, 1997, p. 17). Os PND's concediam total isenção de impostos às empresas que investissem na Amazônia; os investidores também receberam créditos subsidiados pela Sudam.

A partir da década de 1970 é que o governo adota uma política de colonização dirigida e passa a incentivar oficialmente a colonização da região amazônica por meio dos projetos de assentamento e acentua mais uma vez o discurso de vazio demográfico. A colonização dirigida é parte da política agrária da ditadura, voltada para o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, fazendo com que cresça os projetos fundiários.

O objetivo do governo federal com uma política de colonização dirigida era de atuar no controle estatal das atividades econômicas e políticas dos colonos, ao mesmo tempo que se resolvia tensões sociais do Nordeste e do centro-Sul do país, direcionava a ocupação das terras consideradas vazias na região amazônica.

A migração populacional era incentivada por programas de assentamento, como os Projetos Integrados de Colonização (PICs) e os Projetos de Assentamento Rápido (PARs), ambos promovidos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Especificamente em Rondônia, os PICs e os PARs foram mecanismos utilizados pelo governo para efetivar a ocupação. Foram destinados para os projetos uma faixa de 100 quilômetros de terras de cada lado da BR-364. A rodovia facilitava a entrada dos migrantes em

terras rondonienses; nesse espaço, foram distribuídos lotes de 50 até 100 hectares.

Assim, foram implementados, na década de 1970, cinco PICs concentrados, sobretudo, no centro do estado de Rondônia: PIC Ouro Preto, PIC Ji-Paraná, PIC Adolfo Rohl, PIC Paulo de Assis Ribeiro e PIC Sidney Girão. (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992). No Projeto Integrado de Colonização, o INCRA era responsável por demarcar os lotes e prestar assistência técnica e financeira aos migrantes; porém, o número de migrantes que vieram em busca de terras foi maior do que o esperado. Foi necessário criar novos projetos para tentar assentar esses migrantes.

Em seguida, foram implantados dois Projetos de Assentamento Dirigido (PADs): Marechal Dutra e Burareiro. Nesta modalidade, o INCRA selecionou os assentados e exigiu que tivessem conhecimento agrícola e recursos financeiros. Deste modo, os PADs foram destinados aos grandes e médios empreendedores do campo, os quais receberam lotes maiores.

Já no início da década de 1980, foram implantados Projetos de Assentamento Rápido (PARs), com lotes menores (50 ha) distribuídos a um maior número de migrantes. Ao adquirirem os lotes demarcados pelo Inca, caberia aos colonos efetivarem sua ocupação; para isso, eles poderiam desmatar até 50% da área, a fim de iniciarem as atividades agrícolas, conforme rogava a legislação vigente (Lei nº 4.771/1965). A princípio, não houve um controle rigoroso por parte do INCRA e dos demais órgãos competentes para o cumprimento da legislação – ou seja, a preservação dos 50% de mata nativa do total do lote entregue ao colono (M. FIORI; L. FIORI; NENEVÉ, 2013). Na prática, o entendimento por parte dos colonos, bem como dos agentes públicos locais, era favorável ao desmatamento, uma vez que a derrubada da mata significava a posse efetiva da terra a ser utilizada nas atividades agrícolas, como nos atesta o relato do memorialista Ovídio Amélio de Oliveira (2004, p. 137): “no início da colonização oficial [em Rondônia] realizada pelo INCRA, os colonos teriam de iniciar o desmatamento de seus lotes para garantir a posse da terra”. Segundo Neide Esterce e Katia Schweickardt (2010), a orientação na colonização recente, em toda Amazônia, era de que os lotes que ainda estivessem cobertos por vegetação nativa seriam considerados abandonados,

simbolizando que o colono não necessitaria das terras – o que emitira, portanto, um “sinal tácito” de que aquele lote deveria ser “redistribuído”.

O INCRA era responsável pela demarcação dos lotes, e a regularização da posse das terras. A titulação expedida por este órgão garantia ao colono o direito à propriedade. Apesar dos inúmeros lotes de terras distribuídas pelos diversos programas (PIC, PAD e PAR), observou-se que a procura por terras foi maior que a oferta; os projetos criados não foram suficientes para atender todo o contingente populacional. Simultaneamente à distribuição de terras pelo INCRA, havia ainda os agentes da colonização espontânea que ocupavam parte de terras e aguardava a regularização da posse. A ocupação de lugares indesejados ocasionou diversos conflitos violentos no estado de Rondônia (BECKER, 1997, p. 37). Para todos os envolvidos nos projetos de expansão do latifúndio, a titulação de posse de terra permite deslocar ou desapropriar os indígenas, posseiros, meeiros, seringueiros para outras localidades. A desapropriação das terras eram realizadas por meio de ameaças, queima de roças ou mesmo por assassinatos.

Segundo Octavio Ianni (1979), o número de titulação de posse de terras que foram expedidos para grandes latifundiários, fazendeiros e empresários é bem maior do que o número de títulos expedidos para os colonos, o mesmo vale para a quantidade de terras que foram distribuídas para as famílias assentadas, que é bem menos se comparado com a quantidade de terras que foram destinados aos projetos agropecuários. Ianne caracteriza a política de colonização dirigida e a atuação do INCRA na distribuição de terras, como realizadores de seus verdadeiros significados, ou seja, expressa uma política de controle e subordinação que abre brechas para monopolizar as terras em benefício dos projetos de expansão latifundiária.

5 – Rondônia e o Processo Migratório

O processo migratório é abordado para compreendermos a organização espacial de Rondônia: uma grande leva de pessoas saiu de seu lugar de origem, na condição de migrante, em busca de terras e oportunidades de trabalho; concomitantemente, os projetos de assentamento foram estratégias de governo

para incentivar a ocupação da fronteira e a integração da região amazônica, visando ao desenvolvimento regional.

O avanço das frentes pioneiras, promoveu a reconfiguração do espaço, uma de suas características é a monetarização do solo, elemento fundamental para a formação dos latifúndios. Na Amazônia, em especial, Rondônia, o perfil dos migrantes que se deslocaram nas frentes de expansão eram em sua maioria, desempregados tanto do meio urbano, quanto rural, agricultores e trabalhadores sem-terra que estavam em busca das terras ofertadas pelos projetos de assentamento. Parece-nos que as políticas de Estado, reservaram aos agentes da frente de expansão a função de preparação do território para o avanço da frente pioneira, através da “derrubada da mata”.

Especificamente, escolha de Rondônia como zona de colonização devesse, entre outros fatores, por ser zona de fronteira internacional; por sua localização na continuidade direcional do movimento das frentes pioneiras – que tem início na década de 1940 com a Marcha para Oeste – que se deslocaram das regiões Sul (Paraná) e Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso) em direção ao Norte; a situação jurídica das terras em Rondônia, marcada pela existência de grandes áreas de terras públicas, o que facilitou a colonização oficial; a existência de terras férteis, acima da média da região amazônica. O sistema de colonização começava pela construção rudimentar de estradas de penetração e suas vicinais, conhecida como “espinha de peixe”, pela delimitação dos lotes cobertos por floresta virgem e posteriormente pela derrubada da mata. As técnicas agrícolas empregadas eram rudimentares com o plantio direto após a queimada; as culturas de subsistência como arroz, mandioca, milho e feijão, em alguns lotes, foram completadas por culturas de mercado – incentivadas por instituições governamentais – como no caso do cacau e da borracha, ou trazidas pelos colonos como no caso do café (COY, 1987).

O chamado feito pelo Estado aos agentes das frentes de expansão “garantia” não apenas a distribuição de terras. O regime militar propagandeou que os assentamentos contariam com políticas de bem-estar social, com a construção de escolas, hospitais, praças, ou seja, recursos fundamentais para a fixação desses indivíduos na fronteira (SILVA; LEANDRO, 2010). Na medida em que essas políticas não se concretizavam, tornando a produção e a

reprodução da vida dos migrantes precária, muitos acabaram por vender seus lotes a aqueles que dispunham de recursos para explorar a terra, ou seja, os agentes das frentes pioneiras, promovendo, portanto, o processo de latifundiarização. Ao contrário dos colonos que utilizavam as terras para sobreviver, os pioneiros capitalizavam a terra. Em outros termos, os colonos das frentes de expansão compreendiam o uso da terra para o rocio, já os agentes das frentes pioneiras transformaram a terra em capital.

Destarte, a década de 1970 o crescimento demográfico de Rondônia apresentou a taxa mais elevada do Brasil, com média/anual de 15%. Na década de 1980, mais de 50% da população residente no Estado vivia há menos de 10 anos na região (COY, 1987). Mesmo diante do notório crescimento populacional, os projetos colonizatórios não tiveram o efeito preconizado pela propaganda do governo militar de “*terra sem homens para homens sem terra*”, uma vez que, sem infraestrutura a fixação dos “homens” à terra se revelou impossível.

No que tange o projeto político do Governo Militar para a colonização regional rondoniense, uma hipótese – a ser melhor fundamentada em futuras pesquisas³ – é a associação entre os programas de assentamento populacional de caráter eminentemente provisório e a expansão da indústria madeireira, permeado pela lógica de que, na medida em que se derrubava a floresta formava-se o pasto. Devemos informar que a transformação da floresta em pastagem não é exclusividade de Rondônia. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/2011) até 2011, dois terços da área de floresta amazônica aberta haviam se transformado em pastagens.

De acordo com Helena Angélica de Mesquita (2008) a modernização no campo, acompanhou um modelo de desenvolvimento econômico de concentração de terras e exclusão dos trabalhadores que, por diversos fatores, não acompanham este modelo de desenvolvimento. A política de colonização da Amazônia também atuou como manobra para a “realização” da reforma agrária, transferindo contingentes populacionais de outras regiões por meio dos projetos

³Informo que esta questão é tema norteador da pesquisa: “Formação da Rede de Cidades na Zona da Mata Rondoniense (1970-2000)”, sob a coordenação do Dr. Carlos Alexandre Barros Trubiliano, vinculada junto ao Departamento de Educação Intercultural, do Campus de Ji-Paraná da Universidade Federal de Rondônia.

de assentamentos. Os conflitos agrários que já ocorriam no Centro-Sul, e em outras regiões, passam a ocorrer também na Amazônia.

Octavio Ianni (1979) ressalta que a política de colonização dirigida atuou como uma contra reforma agrária por dois fatores; a colonização dirigida juntamente com o INCRA passou a atuar no controle da colonização espontânea que ocorria simultaneamente a colonização oficial limitando a distribuição de terras em pequenos lotes. Por conseguinte, a partir de 1974 o INCRA passou a incentivar a colonização particular com um enfoque para os trabalhadores do Centro Sul. As empresas particulares de colonização se articula com a as empresas privadas em benefício da expansão de projetos agropecuários com incentivos financeiros de órgãos estatais como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, o Banco da Amazônia – BASA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI (IANNI, 1979, p.126), de modo que as empresas ou os latifundiários ampliem seus negócios para a região amazônica, com uma política estatal que favorece a apropriação de terras devolutas e terras ocupadas por posseiros e indígenas.

A abertura da rodovia no Estado de Rondônia ligando Porto Velho até Cuiabá-MT, foi propulsor na formação e ocupação do território. Ao longo da estrada de maneira “ordenada” ou espontânea, surgiram diversos povoamentos. Na medida em que aumentava, na frente de expansão, o número trabalhadores em busca de terras, surgiam intervenções pioneiras no espaço como as companhias privadas de colonização, a estas empresas, atraídas por incentivos governamentais coube a criação de colônias, organização e venda de lotes.

As principais companhias de colonização, que atuaram em Rondônia foram as: GUAPORÉ AGRO-INDÚSTRIA S/A – GAINSA responsável pela comercialização de 2.000.000,0000 ha; HERDEIROS DE ROMAN CHAVEZ lotearam 724.000,0000 ha; COLONIZADORA ITAPORANGA lotearam 2.000,0000 ha.; CONDOMÍNIO BONANZA lotearam 300.000,0000 há.; IRMÃOS FREITAS lotearam 200.000.0000 ha.; IRIO SPIARDI alienaram irregularmente 100.000,0000 ha.; AGRO-PECUÁRIA INDÚSTRIA E COLONIZADORA RIO CANDEIAS LTDA lotearam 270.000,0000 ha.; LAMINASA-LAMINADOS DA AMAZÔNIA S/A lotearam aproximadamente 100.000,0000 ha., GRUPO TERRA RICA lotearam 100.000,0000 ha., OSCAR

MARTINEZ lotearam 100.000,0000 ha.; MADEIRAMA lotearam 200.000,0000 ha.; GRUPO ZILLO lotearam 100.000,0000 ha.; e a Empresa FREY RONDÔNIA FLORESTAL S/A responsável por 114.000.0000 ha. (CUNHA; MOSER, 2010, p.127).

Entretanto, muitas dessas companhias demarcaram e venderam terras para além das áreas destinadas pela União. Os lotes foram comercializados e nem sempre estavam “vazios”, ocasionando conflitos entre povos da floresta, antigos posseiros e os novos proprietários assentados pelas colonizadoras. Esses conflitos ainda persiste (em 2017), como os que ocorrem na Terra Indígena (TI) dos Uru-Eu-Wau-Wau. No final da década de 1970 a agência do Incra-RO concedeu 113 títulos indevidamente dentro da Reserva Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, sendo criado na Linha 5, do município de Monte Negro (distante 250 km de Porto Velho) um loteamento. Desde então, posseiros e indígenas vivem em constante conflito (ISA, 2017).

Destaca-se ainda, que algumas companhias ao executarem seus projetos de distribuição de terras, devidamente legalizado, pelo INCRA, adotaram como público alvo produtores capitalizados, ou seja, com acessos a créditos bancários e tecnologias.

A maneira como se deu os projetos de assentamentos agravaram os conflitos por terra nesta região entre fazendeiros/latifundiários, grileiros, posseiros e os povos que já habitavam esta localidade pois, é questionável a capacidade dos projetos de assentamentos de manter os colonos no meio rural. A falta de assistência em serviços públicos, o apoio no trabalho com a terra e a distribuição de terras improdutivas, são alguns fatores que contribuíram para a migração em zonas ainda mais periféricas ou contribuiu para o êxodo rural. Sendo assim, era mais viável para diversas famílias a venda de seus lotes e o deslocamento para outras áreas, o que resultou, ao longo do tempo, na concentração de terras por grandes proprietários e a intensificação da luta pela terra (D'ANTONA; LUDEWIGS; VANWEY, 2011, p. 224).

Na medida em que os camponeses sem terras iam ocupando parte de propriedades se deparavam com pistoleiros de grandes proprietários ou com antigos seringueiros que já haviam se instalados naqueles espaços, travando conflitos violentos. Em Rondônia, só no ano de 1985, segundo a Comissão

Pastoral da Terra – CTP, foram registrados 24 conflitos envolvendo 12.995 pessoas, entre eles, 10 feridos e 3 mortos, nas causas dos conflitos, foram registrados a grilagem, despejos judiciais e invasão em terras indígenas.

Os conflitos por terras na região é um desdobramento do modo de ocupação dos espaços amazônicos, empresários e fazendeiros que atuaram nas frentes pioneiras, por meio do monopólio da terra, a partir de incentivos fiscais e políticas que favorecia a implementação de suas atividades, desconsideraram outros modos de vida que não estivessem inseridos nesse modelo econômico.

As empresas agropecuárias e os grandes fazendeiros detêm em suas mãos uma grande quantidade de terras para o exercício de suas atividades. A criação de gado para corte se torna rentável devido a característica de fácil produção e reprodução do rebanho com baixo custo e mínima mão de obra. Entretanto, a transformação das florestas em pastagens e o despovoamento das zonas rurais são consequências de uma forte estrutura fundiária presente nesta região.

Considerações finais

O histórico da recente ocupação do espaço amazônico em geral e, especificamente, de Rondônia, bem como, o avanço das frentes pioneiras para áreas fronteiriças, está ligado ao processo de capitalização do campo nas zonas pioneiras do Centro-Sul do Brasil. A partir da segunda metade do século XX, a ideia da região amazônica, representada como espaço de potencialidades, passa a ser revigorada. Nesse contexto, o Estado assumiu a iniciativa de ordenar a modernização e a ocupação da região Norte através de projetos geopolíticos.

A reprodução dos modos de vida apontadas pelas frentes de expansão e transformada pelas frentes pioneiras, é um elemento importante para compreender a formação do latifúndio, sobre tudo, com as modificações ocorridas pela inserção das relações capitalistas que atraiu interesses de diversos agentes, resultando em conflitos e desigualdades.

Para Rondônia foram tangidos colonos pobres em busca de terra e empresas capitalistas em busca de lucros. A ocupação do espaço teve como tônica a degradação do homem e do meio natural. A colonização agrícola foi um desdobramento da expansão civilizacional do capital marcada por conflitos,

cujas feridas não cicatrizaram.

Referências:

Livros

AVILA, Arthur Lima de. **E da Fronteira veio um Pioneiro: a *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner (1861-1932)**. 2006. 175 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1997

CASTRO, Maria Inês Malta. **O preço do progresso: a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”: o caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. p. 167-194.

CUNHA, Eliaquim Timotéo da. MOSER, Lilian Maria. **OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA**. In: Dossiê “A construção do Sujeito Contemporâneo: Perspectiva para a Amazônia – parte II. Revista Labirinto – Ano X, nº 14 – dezembro de 2010. p. 124-151

D’ANTONA, Alvaro; LUDEWIGS, Thomas; VANWEY, Leah. **Polarização da estrutura fundiária e mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia**. Acta Amazônica. vol. 41(2) 2011: 223 – 232.

ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza**. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.*, Belém, v. 5, n. 1, Apr. 2010.

FIORI, Luis Eduardo; FIORI, Marcus Fernando; NENEVÉ, Miguel. **Colonização agrícola de Rondônia e (não) obrigatoriedade de desmatamento como garantia de posse sobre a propriedade rural**. Novos Cadernos NAEA. v. 16, n.1, Suplemento, p. 9-22, jun. 2013, ISSN 1516-6481.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

IANNI, O. **A luta pela terra. História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MESQUITA, Helena Angélica de. **A LUTA PELA TERRA NO PAÍS DO LATIFÚNDIO: quando um conflito por terra se torna um massacre contra trabalhadores. Rondônia, 1995.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 109-124, ago. 2008.

_____. **OS CERCAMENTOS MORTAIS EM RONDÔNIA.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 179-191, out. 2011.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História desenvolvimento e colonização do estado de Rondônia.** Porto Velho, RO. Dinâmica Editora e Distribuidora. 2004

OTTONELLI, Janaina; MARIN, Solange Regina; CASSOL, Roberto. **EXISTE RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA? UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE CARAZINHO E FREDERICO WESTPHALEN – RS.** Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n32, p.32-64, jul./dez. 2010

PERDIGÃO, F. & BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos. Rondônia: a trajetória da ilusão.** São Paulo: Loyola, 1992.

SCHMIDT, Wanderson Cleiton Cavalheiro; VENDRUSCOLO, Jhony; HILGERT, Lourdes Maria; MOTA, Alex dos Santos. **Impacto da colonização na Zona da Mata Rondoniense, Amazônia Ocidental-Brasil.** Revista Geográfica Venezolana, vol. 56, n. 1. 2015.

SILVA, Adnilson Almeida; LEANDRO, Ederson. **Questão Indígena na Amazônia, a especificidade de Rondônia.** In AMARAL, Januário; LEANDRO, Ederson (Orgs.) Amazônia e Cenários Indígenas. São Carlos, Pedro e João Editores, 2010.

TURNER, Frederick Jackson. **The Development of American Society.** In: JACOBS, Wilbur (org.). Frederick Jackson Turner's Legacy. San Marino: Huntington, 1965.

Relatórios

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA (FIERO).

Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO). **Análise das Possibilidades Comerciais entre Rondônia e Manaus** - Relatório de Estudo. 1997. Disponível em:
[http://www.fiero.org.br/downloads/anexos/analise ro manaus 97.pdf](http://www.fiero.org.br/downloads/anexos/analise_ro_manau_97.pdf)
Acesso em 20 de Abril de 2017.

Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO). **Perfil Socioeconômico e Industrial do Estado de Rondônia** FIERO / SEBRAE – RO Porto Velho - RO - Brasil 2003. Disponível em:
[http://www.fiero.org.br/downloads/anexos/ro_perfil_socioeco industrial 2003.pdf](http://www.fiero.org.br/downloads/anexos/ro_perfil_socioeco_industrial_2003.pdf) Acesso em 20 de Abril de 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Relatório Conflitos no Campo**. Goiânia (GO), 1986. Disponível em:
<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/265-conflitos-no-campo-brasil-1986> .
Acesso em 12 de Abril de 2017.

INSTITUO SÓCIO AMBIENTAL (ISA).

Relatório Povos Indígenas no Brasil 2011-2016. Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo, CEDI, 2017.